



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 23110.034644/2020-10

CONTRATAÇÃO DE PROVEDOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO QUE DISPONHA DE INFRAESTRUTURA PRÓPRIA PARA INTERLIGAÇÃO DOS PRÉDIOS GERIDOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL) ATÉ O DATACENTER NA SEDE DA INSTITUIÇÃO (CAMPUS PORTO - ANGLO) QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS E A EMPRESA XXXX.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, com sede na Rua Gomes Carneiro nº 01, Pelotas/RS, inscrita no CNPJ sob o nº **92.242.080/0001-00**, neste ato representada pela sua Reitora Isabela Fernandes Andrade, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4057579858-SSP/RS e inscrita no CPF sob o nº 009.253.840-11, residente e domiciliada nesta cidade de Pelotas/RS, nomeada pelo Decreto de 05 de janeiro de 2021, publicado em 06/01/2021 na seção 02 do Diário Oficial da União, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, CNAE nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, no Município de **XXXX/XX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada por **XXXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXX** e do CPF nº **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23110.034644/2020-10, e o resultado final do Pregão Eletrônico nº 50/2021, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018 e na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. O contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PROVEDOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO QUE DISPONHA DE INFRAESTRUTURA PRÓPRIA PARA INTERLIGAÇÃO DOS PRÉDIOS GERIDOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL) ATÉ O DATACENTER NA SEDE DA INSTITUIÇÃO (CAMPUS PORTO - ANGLO)**, visando atender às necessidades da Universidade Federal de Pelotas, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no termo de referência e no edital e seus anexos e de acordo com tabela abaixo:

Item	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	20 LinkS de 10 Mbit/s	12	MÊS
2	32 LinkS de 25 Mbit/s	12	MÊS
3	Serviço de Instalação/Ativação de Link	30	Unidade

1.2. O serviço de conexão de dados, do tipo intercomunicação privada, deverá realizar apenas o transporte dos dados até a o Datacenter da UFPe. Assim, a UFPe será responsável por aplicar as políticas vigentes de uso da rede, fazer o tratamento e o escoamento de tráfego de rede para uso dos serviços e sistemas internos, bem como permitir o acesso à Internet.

1.3. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 50/2021 com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

2. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. A principal necessidade da UFPe é realizar o gerenciamento da rede interna de cada prédio, aplicando as políticas institucionais existentes e pré-definidas, sendo necessário que todo o tráfego de rede seja escoado pela infraestrutura de rede da UFPe, a qual dará o acesso à Internet e aos demais sistemas internos da Instituição.

2.2. CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS:

a) O Provedor deverá fornecer todos os equipamentos e demais dispositivos necessários para garantir o funcionamento dos enlaces contratados, substituindo-os imediatamente em caso de inoperância ou queima dos mesmos;

b) O Provedor deverá garantir que os equipamentos instalados nos prédios sejam monitorados e gerenciados pelo provedor do serviço contratado, permitindo o acompanhamento em tempo real e integral de todo o tráfego de rede (consumo de banda - upload e download) pela equipe de TI da UFPe, por meio de um painel (dashboard) via Web;

c) O Provedor deverá emitir um relatório mensal (extrato de uso/consumo), via e-mail, sobre a disponibilidade dos links contratados (um documento contendo o nome do prédio, endereço, largura de banda, percentual de disponibilidade e período de coleta), a fim de garantir a eficiência do serviço prestado, bem como preservar os acordos de níveis de serviço;

d) O Provedor deverá garantir que os links contratados não sofram nenhum tipo de restrição de uso (controle de banda, bloqueio de portas TCP e UDP, franquia de dados, etc), devendo todo o tráfego de rede ser transportado/escoado diretamente para a infraestrutura de rede da UFPe (Campus Porto - Anglo);

e) Os equipamentos que proverão o transporte do tráfego de rede de cada prédio até o datacenter da UFPe serão de responsabilidade da operadora. **O escoamento de tráfego para a Internet será realizado pela UFPe;**

f) A velocidade dos links de comunicação se dará por meio de agregação de velocidades de 10 e 25 Mbit/s. Sendo assim, para a contratação de um link de 50 Mbit/s serão compostos por 2 (duas) unidades do item referente à velocidade de 25 Mbit/s. Outro exemplo: para a contratação de um link de 30 Mbit/s, serão compostos por 3 (três) unidades do item referente à velocidade de 10 Mbit/s, para o mesmo endereço. Todos os links serão contratados conforme este método.

2.2.1. Na Figura 1 é apresentado um diagrama simplificado da solução prevista. O Provedor de Serviços (Operadora) deverá realizar o transporte do tráfego de rede de cada local (prédio) até a infraestrutura de rede (Datacenter) da UFPEL, localizado na Rua Gomes Carneiro, nº1 (Campus Porto - Anglo).

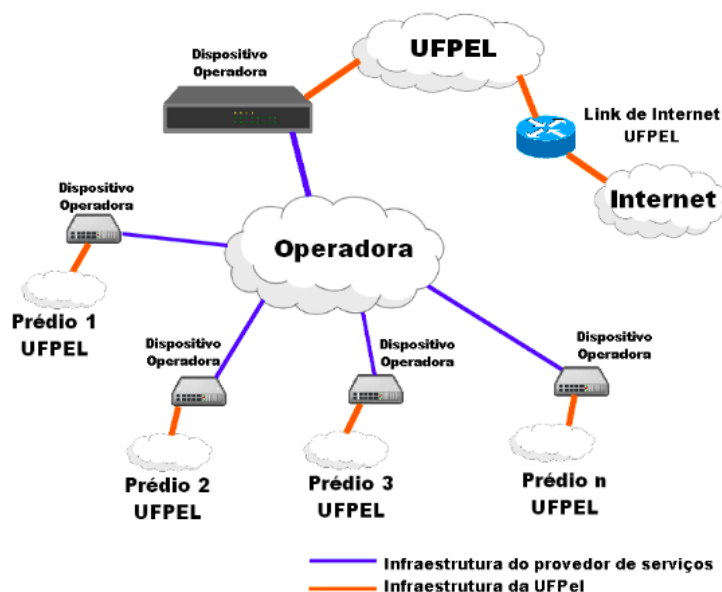


Figura 1. Diagrama da solução

2.3. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

2.3.1. A Tabela 1 apresenta os itens necessários para comporem a demanda atual, bem como a estimativa de crescimento para os próximos 5 (cinco) anos de contrato.

Tabela 1. Itens e estimativa de contratação

Item	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	Link de 10 Mbit/s	20	Unidade
2	Link de 25 Mbit/s	32	Unidade
3	Serviço de Instalação/Ativação de Link	30	Unidade

Observações:

- A alteração de capacidade de largura de banda (agregação de links, upgrade/downgrade) não deverá ser considerada como Serviço de Instalação/Ativação de Link;
- O valor agregado de todos os links deverá permitir que seja entregue 1 Gbit/s, no máximo, de largura de banda na infraestrutura da rede da UFPEL;
- O item 3 (Serviço de instalação/Ativação) será pago de forma única, no momento da ativação do serviço, no endereço do prédio, não sendo cobrado ao realizar upgrade ou downgrade. Já os itens 1 e 2 (e suas respectivas quantidades), serão pagos mensalmente;
- No caso de não haver mais necessidade de utilização da infraestrutura em determinado endereço, este será cancelado (removido) do contrato e os quantitativos de itens utilizados neste endereço serão descontados do pagamento recorrente dos meses subsequentes. Podendo ainda os quantitativos serem utilizados em outros endereços e assim ajustados para pagamentos.

2.4. ESTIMATIVA DA DEMANDA

2.4.1. O objeto contempla a continuidade dos serviços prestados, por meio da contratação de links, conforme Tabela 2. A coluna Quantidades está relacionada à Tabela 1 (Itens e estimativa de contratação inicial).

Tabela 2. Locais a serem atendidos e a largura de banda estimada

Local	Endereço	Largura de Banda	Quantidades
Campus II	Rua Almirante Barroso, 1202	150 Mbit/s	6 x item 2 1 x item 3
Parque Tecnológico	Av. Domingues de Almeida, 1785	50 Mbit/s	2 x item 2

			1 x item 3
Moradia Indígenas e Quilombolas	Rua Garibaldi, 346	50 Mbit/s	2 x item 2 1 x item 3
Conservatório de Música	Rua Félix da Cunha , 651	50 Mbit/s	2 x item 2 1 x item 3
UBS AREAL	Rua Domingos de Almeida, 4265	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
RU Santa Cruz	Rua Santa Cruz, 1705	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
Laneira	Av. Duque de Caxias, 114	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
Antiga Brahma	Rua Benjamin, 1071	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
CASARÃO 8	Praça Coronel Pedro Osório, 8	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
UBS CSU	Rua Guararapes, 50A	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
UBS Obelisco	Rua Francisco Ribeiro da Silva, 505	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
UBS Vila Municipal	Rua Luciano Gallet, 600	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
Museu Carlos Ritter	Praça Coronel Pedro Osório, 01	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
Fazenda da Palma	BR 116, Km 537	25 Mbit/s	1 x item 2 1 x item 3
Totais		550 Mbit/s	22 x item 2 14 x item 3

2.5. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

2.5.1. Os links contratados deverão permitir a comunicação de dados por meio de múltiplas VLANs até o dispositivo concentrador de links;

2.5.2. Os canais de comunicação deverão estabelecer isolamento de tráfego nos níveis 2 e 3 do modelo OSI, implementando o protocolo TCP/IP, estabelecendo conexões entre os pontos contratados.

2.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

2.6.1. No que couber e a título de exemplificação, é recomendável que os serviços e produtos objetos deste contrato estejam em conformidade com as normas do DSI (Departamento de Segurança da Informação) do Gabinete de Segurança Institucional, bem como com os controles expressos na ABNT NBR ISO/IEC 27001, incluindo aspectos que:

- a) propiciem a disponibilidade da solução de TIC contratada;
- b) evitem vazamento de dados e fraudes digitais;

- c) exijam, por parte da contratada, a definição de processo de gestão de riscos de segurança da informação que envolvam a solução de TIC em consonância com a ABNT NBR ISO/IEC 27005;
- d) possibilitem a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação;
- e) assegure a continuidade do negócio implementado pela solução;
- f) realizem o tratamento de dados pessoais e informações classificadas, conforme legislação vigente, em especial a Lei 13709/2018;
- g) prevejam a realização de auditoria de SIC (Segurança da Informação e Comunicação) de conformidade dos requisitos de segurança da informação previstos pela contratação;
- h) assegurem a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada;
- i) e indiquem diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro.

2.6.2. Além disso, a CONTRATADA deve possuir Política de Segurança Cibernética (PSC) ou equivalente, incluindo políticas ou normas para privacidade de dados pessoais vigentes e atualizadas, com processo de revisão periódica formalizado e institucionalizado, de forma a garantir, dentre outros requisitos, o uso de sistemática e procedimentos de segurança cibernética para assegurar a consistência, a privacidade e a confiabilidade dos dados e informações que trafegam no objeto contratado.

2.6.3. A CONTRATADA deverá apresentar, em tempo determinado pela Contratante: documentação que descreve a arquitetura física e lógica do objeto; uma descrição dos controles de segurança cibernética implementados em cada componente descrito na arquitetura física e lógica.

2.6.4. A CONTRATADA deve reportar de imediato à Contratante incidentes que envolvam vazamento de dados, fraude ou comprometimento da informação relacionados ao objeto do contrato.

3. DO PRAZO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA elaborará, em conjunto com a CONTRATANTE, o Plano de Implantação da Rede que definirá a estratégia e o cronograma de implantação. A ativação dos Links deverá ocorrer de acordo com a necessidade da CONTRATANTE e conforme cronograma definido. A CONTRATADA, uma vez acionada para uma ativação, disporá de, no máximo, 30 (trinta) dias para entregar o serviço. Nos casos de upgrade do Link, a CONTRATADA disporá de, no máximo, 10 (dez) dias para efetivar o serviço, contados a partir da solicitação da CONTRATANTE. A desativação dos Links deverá ocorrer de acordo com a necessidade da CONTRATANTE e será comunicada 30 dias antes da desativação.

3.2. Os locais constam na tabela 2, item 2.4.1 deste contrato. IMPORTANTE: Todas as conexões dos referidos pontos de acesso devem se comunicar com o Campus Porto, Rua Comas Carneiro, 1 – Pelotas – RS.

4. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/1993 e no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 4.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 4.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 4.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 4.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 4.1.5. Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- 4.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

4.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

4.2.1. A empresa receberá uma notificação para manifestar-se a cerca de seu interesse na prorrogação contratual e deverá responder em até 10 (dez) dias do recebimento do documento;

4.2.2. Caso a empresa não cumpra o compromisso assumido de prorrogar o contrato, fica esta sujeita às sanções previstas neste contrato e na Lei 8.666/1993.

4.2.2.1. A sanção prevista acima não será aplicada caso a empresa aceite prorrogar o contrato até que seja homologada uma nova licitação.

5. DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor total estimativo da contratação é de R\$ _____ (valor por extenso). O valor é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados;

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

Grupo único					
Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Valor unitário	Valor Total
1	12	MÊS	20 Links de 10 Mbit/s	R\$ XXX	R\$ XXX
2	12	MÊS	32 Links de 25 Mbit/s	R\$ XXX	R\$ XXX
3	30	UNIDADE	Serviço de Instalação/Ativação de Link	R\$ XXX	R\$ XXX

5.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 154181

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 170277

Elemento de Despesa: 339039

PI: MADMSQ0100N

Nota de Empenho: 2021NEXXXXXX

5.3. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência e neste Contrato;

6.2. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da UFPEL para tratar de assuntos pertinentes aos serviços ou aquisições contratados;

6.3. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração.

6.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, designando Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.6. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.7. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Contrato;

6.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

6.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

6.9.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.9.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

6.9.3. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.12. Arquivar, entre outros documentos, quando for o caso, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do UFPEL;

7.3. Os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados quando necessitarem acesso às dependências da CONTRATANTE;

7.4. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

7.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Termo de Contrato, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7. Utilizar empregados habilitados, treinados, qualificados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

7.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

7.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

7.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

7.13. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

7.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

7.15. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência no prazo determinado;

7.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

7.17. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;

7.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 7.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93;

- 7.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 7.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato.

9. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 9.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das seguintes modalidades:

- 9.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- 9.1.2. Seguro-garantia; ou
- 9.1.3. Fiança bancária.

- 9.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato;

- 9.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 9.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

- 9.3. Será exigida garantia adicional, caso configurada a hipótese prevista do § 2º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 9.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017, e deverá ser renovada em caso prorrogação contratual;

- 9.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 9.5.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 9.5.2. prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 9.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- 9.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

- 9.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

- 9.7. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal mediante depósito identificando o crédito em nome da Fundação Universidade Federal de Pelotas, com correção monetária;

- 9.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

- 9.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

- 9.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

- 9.11. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;

- 9.12. Após três meses do fim da execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE;

- 9.13. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

- 9.14. Será considerada extinta a garantia:

- 9.14.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 9.14.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

10. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO

- 10.1.1. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA elaborará, em conjunto com a CONTRATANTE, o Plano de Implantação da Rede que definirá a estratégia e o cronograma de implantação. O início do contrato dar-se-á mediante reunião entre gestor do contrato, TI da UFPEL e contratada, para discussão das etapas de implantação dos recursos contratados;

- 10.1.2. Após a assinatura do CONTRATO, a CONTRATANTE designará formalmente a equipe de fiscalização do contrato, com autoridade, para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

- 10.1.3. A ativação dos links deverá ocorrer de acordo com a necessidade da CONTRATANTE e conforme cronograma definido;

- 10.1.4. A CONTRATADA, uma vez acionada para uma ativação de link, disporá de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos para entregar o serviço;

- 10.1.5. Nos casos de upgrade dos links, a CONTRATADA disporá de, no máximo, 10 (dez) dias corridos para efetivar o serviço, contados a partir da solicitação do CONTRATANTE;

Os links deverão ser entregues em locais a serem definidos pela UFPEL, dentro da abrangência do território de Pelotas e Capão do Leão;

- 10.1.6. A desativação dos Links deverá ocorrer de acordo com a necessidade da CONTRATANTE e será comunicada 30 dias antes da desativação.

10.1.7. Na Tabela 2 estão listados os locais de instalação dos links com a largura de banda a ser ativada no início do contrato.

10.2. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

10.2.1. As formalizações de ativação, desativação e upgrade ocorrerão por Ordem de Serviço (Ofício do Sistemas Eletrônico de Informações - SEI) e serão encaminhadas para e-mails de responsáveis da CONTRATADA.

10.2.2. Além disso, a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá ser realizada por meio de carta, e-mail, chamadas telefônicas, sistema de chamados (tickets) via Web ou aplicações de troca de mensagens instantâneas (WhatsApp ou Telegram). Os chamados para os atendimentos corretivos serão abertos pela CONTRATANTE por meio quaisquer desses meios de comunicação.

10.3. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

10.3.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

10.3.2. O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, deverá ser assinado pelo representante legal da Contratada, conforme Anexo I deste contrato.

11. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

11.1.1. Os critérios de aceitação dos serviços prestados serão de acordo com os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (11.3) e de acordo com a compatibilidade da infraestrutura da CONTRATANTE.

11.2. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO

11.2.1. Toda ativação dos link pela CONTRATADA deverá ser acompanhada pela CONTRATANTE e deverá passar por testes de desempenho a validação de configurações.

11.3. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

11.3.1. A tabela abaixo realiza a definição dos Níveis Mínimos de Serviço Exigidos, que são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação:

ANS – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Preservar a continuidade dos serviços prestados.	
Meta a cumprir	ANS > = 99,4%	A meta definida visa garantir disponibilidade mínima de 99,4% para local (prédio) atendido, conforme Acordo de Nível de Serviço – ANS.
Instrumento de medição	Através de ferramentas de monitoramento de rede para controle próprio da CONTRATANTE, validando o Relatório de Disponibilidade Mensal enviado por e-mail pela CONTRATADA.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita observando as incidências de indisponibilidade (quedas de link) de cada prédio.	
Periodicidade	Mensalmente	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>Portanto, no período de faturamento, o total máximo aceitável de horas indisponíveis (TMA), para cada canal será calculado de acordo com a seguinte fórmula:</p> $TMA = \frac{THC * (1 - ANS)}{100}$ <p>THC = Total de horas contratadas para disponibilidade do serviço no período de faturamento (número de dias do período vezes 24 horas) – [Horas]</p> <p>TMA = Total máximo aceitável de horas indisponíveis no período de faturamento – [Horas]</p> <p>ANS = Acordo de Nível de Serviço (no Inglês, SLA)</p> <p>As horas de indisponibilidade serão apuradas considerando-se as ocorrências desde a zero hora do primeiro dia até às vinte e quatro horas do último dia do correspondente período de faturamento;</p> <p>Pelo descumprimento da disponibilidade mínima do serviço, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de desconto sobre o valor mensal do circuito afetado, calculado segundo a fórmula abaixo:</p>	

	$VTD = ANS * VMC * (\log THI - \log TMA)$ $(\log THC - \log TMA)$ <p>VTD = Valor total do desconto – [R\$]</p> <p>ANS = Acordo de Nível de Serviço (no Inglês, SLA)</p> <p>VMC = Valor Mensal do Circuito</p> <p>THC = Total de horas contratadas no período de faturamento – [Horas]</p> <p>THI = Total de horas indisponíveis no período de faturamento – [Horas]</p> <p>TMA = Total máximo aceitável de horas indisponíveis no período de faturamento – [Horas]</p>
Observações	Serão utilizados dias corridos na medição (24x7).
Início de Vigência	A partir da indisponibilidade do link (queda do circuito), registrada no sistema de monitoramento da CONTRATANTE e confirmada pelo gerenciamento do CONTRATADO.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador ANS:</p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 0,11 a 0,20 – Glosa de 10% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,21 a 0,30 – Glosa de 20% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 30% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,51 a 1,00 – Glosa de 40% sobre o valor da OS;</p> <p>Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 50% sobre o valor da OS.</p>

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados em portaria específica, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

12.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

12.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;

12.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93;

12.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

12.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Acordo de Nível de Serviço - ANS para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.9.1. A utilização do ANS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

12.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

12.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

12.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

12.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

12.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

12.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

12.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

12.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

12.18. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE, da seguinte forma:

13.1.1. Realização de inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

13.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA;

13.1.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

13.1.2. Comunicação à CONTRATADA para que seja emitida a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Acordo de Nível de Serviço - ANS.

13.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo fiscal técnico e/ou administrativo no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** a partir do recebimento da Nota Fiscal / Fatura, relatório dos serviços executados e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista apresentados pela CONTRATADA, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.2.1. Realizar a análise da Nota Fiscal / Fatura, relatório dos serviços executados e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista apresentados pela CONTRATADA. Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.2.2. Emitir o documento Ateste de Serviços com Contrato para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

13.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

13.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14. DO PAGAMENTO

14.1. A nota fiscal será emitida pela CONTRATADA ao final de cada mês da execução do serviço contendo os dados bancários para pagamento (banco, número da agência e da conta corrente) e a descrição dos serviços (número do processo, número do contrato, objeto do contrato, município e competência);

14.1.1. O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou do Cadastro de Pessoa Física - CPF informado na Nota Fiscal / Fatura e na conta corrente deve ser o mesmo da CONTRATADA;

14.1.2. Os seguintes documentos devem ser apresentados pela CONTRATADA à fiscalização do contrato juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura:

14.1.2.1. Relatório dos serviços executados, através de planilha detalhada contendo memória de cálculo, quando couber;

14.1.2.2. Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta online ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei 8.666/93.

14.1.3. Nos casos de fornecimento de material, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS nº 42/2009.

14.2. A CONTRATANTE, representada pelo fiscal do contrato, terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal, acompanhada dos demais documentos obrigatórios, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do serviço relatado pela CONTRATADA;

14.3. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada conforme Acordo de Nível de Serviço - ANS, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

14.3.1. Não produziu os resultados acordados;

14.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.4. O prazo para pagamento da Nota Fiscal ou Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios e do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, será de até **30 (trinta) dias**, contados da data do ateste da Nota Fiscal ou Fatura;

14.4.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal / Fatura, no relatório de execução dos serviços ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta online ao SICAF, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

14.5.1. Constatando-se a situação de irregularidade fiscal e/ou trabalhista da CONTRATADA, serão adotadas as providências previstas no artigo 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.6. Conforme disposto no item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

14.6.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

14.6.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991; e

14.6.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal sobre o tema.

14.7. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA;

14.8.1. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.9. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

15. DO REAJUSTE

15.1. Será admitido o reajuste do valor do serviço/produto, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data da apresentação da proposta da CONTRATADA para o primeiro reajuste ou da data da último reajuste para os subsequentes;

15.2. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para o presente serviço, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com o serviço contratado.

16. DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei 8.666/93, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017;

16.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/02, a CONTRATADA que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.2.2. **Multa** compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação. Estabelece-se abaixo os percentuais de Multa para os seguintes fatos geradores:

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato;

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os	01

	prepostos previstos no edital/contrato;	
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

17.2.3. **Suspensão** de licitar e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Pelotas, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

17.3. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas;

17.4. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa;

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas nos subitens anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente na Lei 9.784/99;

17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

17.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

17.8.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

17.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18. **DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

18.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784/99, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

19. **DA RESCISÃO**

19.1. São motivos para a rescisão do presente Termo de Contrato, nos termos do artigo. 78 da Lei 8.666/93:

19.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

19.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

19.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

19.1.4. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

19.1.5. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

19.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

19.1.7. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

19.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei 8.666/93;

19.1.9. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.10. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

19.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

- 19.1.13. a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 19.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 19.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 19.1.16. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 19.1.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 19.1.18. o descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 19.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;
- 19.3. A rescisão deste Termo de Contrato poderá ser:
- 19.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos itens 19.1.1 a 19.1.12 e 19.1.17 desta cláusula;
- 19.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 19.3.3. judicial, nos termos da legislação.
- 19.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, bem como:
- 19.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 19.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 19.4.3. Indenizações e multas.
- 19.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.12 a 19.1.17 desta cláusula, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
- 19.5.1. devolução da garantia;
- 19.5.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- 19.5.3. pagamento do custo da desmobilização.
- 19.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
- 20. DAS VEDAÇÕES E DAS PERMISSÕES**
- 20.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;
- 20.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.
- 20.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de Termo Aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;
- 20.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/MP nº 5, de 2017, caso aplicáveis.
- 21. DOS CASOS OMISSOS**
- 21.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, na Lei 10.520/02 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 22. DA PUBLICAÇÃO**
- 22.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei 8.666/93.
- 23. DO FORO**
- 23.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Pelotas - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes e as testemunhas a seguir firmam o presente Termo de Contrato na forma eletrônica, para um só efeito.

ANEXO I

Universidade Federal de Pelotas

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento, a empresa designada pela razão social, CNPJ n o _____, Inscrição Estadual n o _____, com endereço _____, detentora de contrato de fornecimento de produtos ou de serviços com essa Universidade, na qualidade de CONTRATADA ou CUSTODIANTE, seja por licitação pública ou contratação direta, DECLARA sob os termos abaixo que no uso dos ativos de informação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), TER CONHECIMENTO da Política de Segurança da Informação e Comunicações da UFPEL, segundo a qual, sem restar qualquer dúvida por parte da CONTRATADA deverá: a) tratar a informação como patrimônio da UFPEL, protegendo-a de maneira adequada contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada; b) utilizar as informações e os recursos sob minha custódia, exclusivamente no interesse do serviço da UFPEL; c) utilizar as informações e ativos da UFPEL, incluindo credenciais de acesso e recursos computacionais de forma ética e sigilosa, de acordo com as leis vigentes e normas internas, mantendo a conformidade com a Política de Segurança da Informação e suas normas e procedimentos relacionados, evitando seu mau uso e exposição indevida; d) manter sigilo sobre dados, processos, informações, documentos e materiais que venha a ter acesso ou conhecimento no âmbito do UFPEL, em razão das atividades profissionais a serem realizadas estando ciente das leis vigentes; e) responder perante a UFPEL pelo uso indevido das informações e ativos da universidade, no âmbito administrativo e, se for o caso, perante a Justiça, no âmbito penal e civil; f) reportar incidentes, por meio do site <https://wp.ufpel.edu.br/seginfo/reportar-incidente-de-seguranca/>, à Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR) da UFPEL caso identifique alguma não conformidade com a Política de Segurança da Informação ou suas normas e procedimentos relacionados. A CONTRATADA está ciente das responsabilidades na UFPEL e assume as consequências decorrentes da não observância do disposto no presente Termo e na legislação vigente.

Pelotas, _____ de _____ de _____.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DA SILVA CAMPELO**, Assistente em Administração, em 30/07/2021, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1380781** e o código CRC **DB58F7E1**.